

LUIZ CARLOS DE ANDRADE JÚNIOR

*A SIMULAÇÃO
NO DIREITO CIVIL*

A SIMULAÇÃO NO DIREITO CIVIL

© LUIZ CARLOS DE ANDRADE JÚNIOR

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição
PC Editorial Ltda.

Capa
Criação: Vânia Lúcia Amato
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
08.2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A553s Andrade Júnior, Luiz Carlos de.

A simulação no direito civil / Luiz Carlos de Andrade Júnior. –
São Paulo : Malheiros, 2016.
336 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0349-9

1. Simulação (Direito civil) - Brasil. 2. Direito civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.141(81)
CDD 346.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Simulação (Direito civil) : Brasil 347.141(81)
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – CUSTODIO DA PIEDADE U. MIRANDA	5
PREFÁCIO	13

PRIMEIRA PARTE
O CONCEITO DE SIMULAÇÃO

1. PLANO DA INVESTIGAÇÃO EM TORNO DO CONCEITO DE SIMULAÇÃO	
1.1 <i>Qual conceito de simulação investigaremos?</i>	27
1.2 <i>Quais serão os passos desta investigação?</i>	34
2. AS TESES TRADICIONAIS SOBRE O CONCEITO DE SIMULAÇÃO	37
2.1 <i>Simulação como conflito entre vontade e declaração</i>	37
2.2 <i>Simulação como conflito entre declarações</i>	40
2.3 <i>Simulação como defeito funcional</i>	43
3. CRÍTICA ÀS TESES TRADICIONAIS SOBRE O CONCEITO DE SIMULAÇÃO	
.....	48
3.1 <i>A vontade de simular</i>	49
3.2 <i>A coerência do comportamento dos simuladores</i>	50
3.3 <i>A “causa simulandi” em sentido estrito</i>	53
4. FUNDAMENTOS DA ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE SIMULAÇÃO ..	60
4.1 <i>A superação do “apriorismo conceitual”</i>	62
4.2 <i>A distinção entre negócio simulado e “negócio aparente”</i>	65
4.3 <i>A integridade do negócio simulado</i>	67
5. SIMULAÇÃO COMO CRIAÇÃO DA “ILUSÃO NEGOCIAL”	72
5.1 <i>A “duplex interpretatio” do negócio simulado</i>	73
5.2 <i>A ilusão negocial</i>	78
5.3 <i>A demonstração do conceito de simulação a partir do art. 167 do CC</i>	83

6. A ESTRUTURA DO NEGÓCIO SIMULADO	88
6.1 O acordo simulatório	90
6.2 A forma do negócio simulado e a forma do “negócio aparente”	95
7. AS MODALIDADES DA SIMULAÇÃO	102
7.1 Simulação absoluta e simulação relativa	102
7.2 Simulação inocente e simulação nocente	107
7.3 Simulação total e simulação parcial	109
8. AS MANIFESTAÇÕES TÍPICAS DA SIMULAÇÃO	111
8.1 O caráter exemplificativo do rol do § 1º do art. 167 do CC	112
8.2 Simulação subjetiva	115
8.3 Simulação objetiva	126
8.4 Simulação de data	135
9. AS FRONTEIRAS SISTEMÁTICAS DA SIMULAÇÃO	138
9.1 Reserva mental	140
9.2 Falsidade	146
9.3 Falsa qualificação	153
9.4 Fraude à lei	161
9.5 Negócio indireto e negócio fiduciário	169
9.6 Abuso de direito	174
10. Os LIMITES DA SIMULAÇÃO	179
10.1 Atos formais	179
10.2 Títulos de crédito	183
10.3 Atos não negociais	187
10.4 Negócios unilaterais	190
10.5 O debate sobre a simulação da sociedade (personificada) ..	198
10.6 Simulação e desconsideração da personalidade jurídica ...	204
10.7 Deliberações de órgãos da pessoa jurídica	215
10.8 Atos familiares	217

SEGUNDA PARTE
A DISCIPLINA DA SIMULAÇÃO

11. A NULIDADE DO NEGÓCIO SIMULADO	223
11.1 A existência do negócio simulado	225
11.2 A nulidade especial prescrita no art. 167 do CC	231

11.3	<i>Alegabilidade da nulidade do negócio simulado</i>	236
11.4	<i>Desdobramentos da declaração de nulidade do negócio simulado</i>	246
11.5	<i>Nulidade parcial</i>	250
11.6	<i>Prescrição e decadência</i>	250
12.	<i>A VALIDADE DO NEGÓCIO DISSIMULADO</i>	257
12.1	<i>A relação entre negócio simulado e negócio dissimulado</i> ..	258
12.2	<i>A extraversão do negócio dissimulado</i>	263
12.3	<i>Os requisitos de substância</i>	266
12.4	<i>Os requisitos de forma</i>	270
12.5	<i>Exame de caso: extraversão de doação de imóvel dissimulada</i>	277
13.	<i>OS DIREITOS DE TERCEIROS DE BOA-FÉ</i>	284
13.1	<i>Os pressupostos da proteção aos direitos de terceiros de boa-fé</i>	285
13.2	<i>Os direitos assegurados aos terceiros de boa-fé</i>	292
13.3	<i>Conflitos entre terceiros de boa-fé</i>	295
14.	<i>A PROVA DA SIMULAÇÃO</i>	299
14.1	<i>Os meios de prova</i>	299
14.2	<i>O ônus da prova</i>	302
14.3	<i>O que se deve provar? O “thema probandi”</i>	310
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317